



PORTARIA Nº 038/2014.

"DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE REDENÇÃO DO GURGUEIA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições que, lhe confere o art. 74, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, art.33, inciso VII, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e demais legislações pertinentes à espécie, e,

CONSIDERANDO, não haver impedimento de acordo com sumula 13 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a obediência aos princípios administrativos, citados no artigo 37, da Constituição Federal, sendo da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER GRATIFICAÇÃO**, ao senhor: **Romário Alves de Figueiredo**, Presidente da Comissão de Licitação, Gratificação Código GMTS - 4 Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 1º de Fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de REDENÇÃO DO GURGUEIA, aos três dias do mês de fevereiro de 2014.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

03/02/2014
Ciente em

Delano de Oliveira Parente Sousa
DELANO DE OLIVEIRA PARENTE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL

Rua do Ferreira, s/n, Bairro Planaltina, Tel. (0xx91) 3566-1417 - CNPJ: 06.553.960/0001-02 Redenção do Gurgueia - Piauí



Estado do Piauí
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ
CNPJ: 06.553.960/0001-65

DECRETO Nº 15/2013.

Santa Cruz do Piauí-PI, 7 de Novembro de 2013.

Dispõe sobre a programação financeira consolidada e o cronograma mensal de disponibilização financeira para os órgãos e entidades do Município no exercício de 2014 e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Piauí.

Considerando a necessidade de ampliar o controle administrativo sobre a execução orçamentária, adequando-a as disponibilidades financeiras da Municipalidade, de forma a observar mais eficazmente diversos preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, - Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta do Município, consoante a Lei que estima a receita e autoriza a despesa do Município, Lei Orçamentária Anual publicada no DOM na edição Nº MMCDLXXXVI pag. 169 de 05 de Dezembro de 2013.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças adotar as providências administrativas pertinentes no sentido de assegurar a eficácia dos limites e condições ora fixados, observando-se as autorizações orçamentária correspondentes e suas eventuais alterações no curso do exercício.

Art. 2º - Os órgãos e entidades integrantes da Municipalidade competentes para praticar atos relativos à execução orçamentária e financeira, ao assumir obrigações de natureza financeira, terão que necessariamente levar em consideração os limites financeiros que lhes estão reservados no Anexo III e IV deste Decreto.

Parágrafo único - Os limites assim fixados poderão, de forma excepcional, sobre alterações mediante prévia autorização do Secretário Municipal de Finanças, desde que a solicitação correspondente contenha manifestação da autoridade solicitante no sentido de que a compensação se dê até o término do mês subsequente.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a promover as mudanças necessárias na programação financeira e no cronograma de disponibilização de recursos financeiros concretos do Município, sobretudo em caso de frustração de receitas, a fim de que restrinjam ou suspendam a emissão de notas de empenhos.

Parágrafo único - Havendo inobservância das regras estipuladas no caput deste artigo, bem como no Art. 2º deste Decreto, o Controle Interno deverá negar validade à nota de empenho que lhe for submetida à apreciação, em consonância com a legislação vigente, além de adotar outras providências pertinentes.

Art. 4º - A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto a sua pasta.

Art. 5º - A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto ficam a cargo do Controle Interno que comunicará a Prefeita Municipal e ao Secretário Municipal de Finanças, o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Piauí (PI), 7 de novembro de 2013.

Jandira Nunes Martins Gonçalves
JANDIRA NUNES MARTINS GONÇALVES
Prefeita Municipal

Jairo Pinheiro Santos Moura
JAIRÓ PINHEIRO SANTOS MOURA
Secretário Municipal de Finanças

Santa Cruz do Piauí (PI), 7 de novembro de 2013.

Jairo Pinheiro Santos Moura
JAIRÓ PINHEIRO SANTOS MOURA
Secretário Municipal de Finanças

Francisco de Assis Monteiro Martins
FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO MARTINS
Controlador Interno do Município